

# Horror da responsabilidade

27. VII. 52 RAUL PILLA

Parece finalmente resolvido o caso da reitoria da Universidade do Rio Grande do Sul. O antigo reitor, cujo mandato veio a expirar no trágico da luta recusou a recondução oferecida pelo governo da República. Excetuados os estudantes, cuja reação, indo até a greve, foi desde o começo altamente louvável, a única pessoa que terminou bem, no caso, foi justamente o Reitor, recusando deixar-se amarrar ao poste da ignomínia.

O governo não o deveria, nunca, ter reconduzido, porque tanto equivaleria a desconhecer, senão condenar os altos motivos de ordem legal e moral que provocaram a revolta de estudantes e professores; mas, se assim procedeu, muitíssimo menos inculpável é ele, do que o Conselho Universitário, constituído de professores, não de políticos (convém notá-lo) e professores cuja função é zelar pelos mais altos interesses da instituição. O governo, obedecendo talvez a motivos de ordem política, pretendeu reconduzir o Reitor, mas só pôde chegar a tanto, porque o Conselho Universitário lho permitiu, quase lho aconselhou, incluindo na lista tríplice o nome repudiado pelo corpo discente e condenado pela grande maioria do corpo docente.

Por felicidade, a consciência de homem de honra acabou suplantando, no ilustre engenheiro Alexandre da Rosa, os estímulos do orgulho mal ferido e ele recusou o que poderia considerar uma recondução reparadora. Não houvesse ele procedido tão louvavelmente, e estaria reaberta uma gravíssima questão, unicamente por haver o Conselho Universitário procurado demitir-se do seu papel, atirando sobre o governo a responsabilidade da nomeação. Esse parece ter sido o raciocínio dos Conselheiros: se o governo deseja reconduzir o Reitor repudiado, ele que o faça: nós não o impediremos, embora tenhamos o direito e, ainda mais, o dever de fazê-lo...

Trata-se da manifestação de um dos grandes males deste país: o horror da responsabilidade.